

**A denúncia da exploração humana em *Cacau* (1933),
de Jorge Amado (1912-2001)**

*The denunciation of human exploitation em Cacau (1933)
by Jorge Amado (1912-2001)*

Denise ROCHA*

Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO: O objetivo do estudo é analisar *Cacau*, de Jorge Amado, publicado em 1933, que revela aspectos do realismo social: uma tendência estético-literária, que vigorava, principalmente, nos anos 1920 e 1930, e que se caracteriza pelas críticas às estruturas de poder capitalista que incentivava a opressão política e socioeconômica da classe trabalhadora, rural e urbana. Por meio da ideologia socialista de lutas de classes, o escritor revela a perversa engrenagem comercial de exploração dos contratistas nas fazendas de cacau, no sul da Bahia. O estudo será baseado nas reflexões sobre a literatura proletária (Arnold-Dielewicz e Arnold) e a literatura engajada (Denis).

PALAVRAS-CHAVE: Literatura brasileira; Jorge Amado; Cacau; luta de classes.

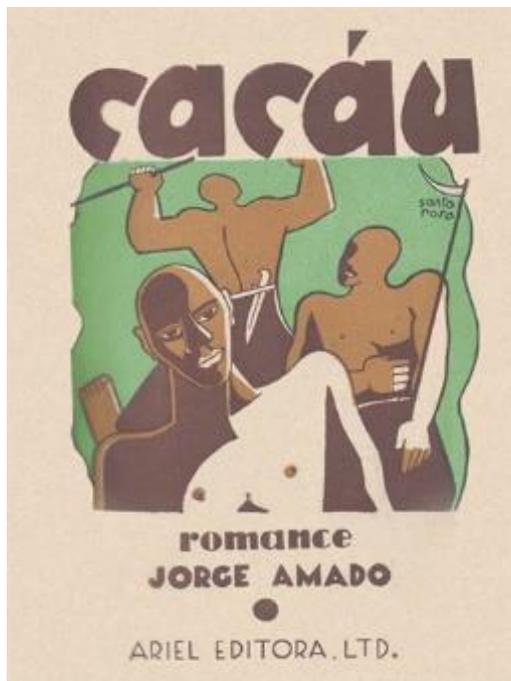
ABSTRACT: The objective of the study is to analyze *Cacau*, by Jorge Amado, published in 1933, which reveals aspects of social realism: an aesthetic-literary tendency, which prevailed mainly in the 1920s and 1930s, and which is characterized by criticisms of the structures of capitalista power encouraged the political and socioeconomic oppression of the working class, rural and urban. Through the socialista ideology of class struggles, the writer reveals the perverse commercial gear of exploitation of contractors in the cocoa farms in Southern Bahia. The study will be based on reflections on proletarian literature (Arnold-Dielewicz and Arnold) and engaged literature (Denis).

KEYWORDS: Brazilian literature; Jorge Amado; Cocoa; class struggle.

* Graduação em Letras e Doutorado em Literatura e Vida social, UNESP, Assis. Bacharelado em História e Magister artium, na Ruprecht-Karls Universität, em Heidelberg, Alemanha. E-mail: rocha.denise57@gmail.com

Introdução

Fig. 1 - Capa da 1.ed. do romance *Cacau*, Ariel Editora (1933)



Fonte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Cacau_\(romance\)#/media/Ficheiro:Cacau-jorge-amado.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cacau_(romance)#/media/Ficheiro:Cacau-jorge-amado.jpg)>. Acesso em 11. nov. 2019.

Aos 21 anos de idade, Jorge Amado (1912-2001) lançou sua segunda obra, *Cacau* (1933), na qual criticou o abominável sistema de opressão proletária, presente nas relações trabalhistas brasileiras, no início do século XX, que foram vivenciadas pelo narrador-protagonista José Cordeiro: em uma tecelagem, em São Cristóvão, Sergipe, e em uma propriedade de cacau, na região de Pirangi, perto de Ilhéus, no sul da Bahia.

Filho de proprietário de fábrica de fiação, que mantinha uma vila operária com enfermaria e gabinete dentário, em São Cristóvão, José Cordeiro não pode continuar a administração paterna, respeitadora dos direitos dos operários, pois o tio assumira o controle total da fábrica, depois da morte prematura do irmão mais novo. Na adolescência, o órfão iniciou sua labuta operária na antiga firma de seu pai onde presenciou o abuso de seres humanos, expostos a todo tipo de desmandos no local de serviço.

Pleno de esperança, ele seguiu para o Eldorado do cacau baiano e começou sua labuta na fazenda Fraternidade, do coronel Misael Manuel de Souza Telles. Vítima da queda dos preços do produto, o rapaz, conhecido como Sergipano, que na fazenda se tornara esclarecido sobre a condição da exploração trabalhista, entendeu a consciência de classe e o sentimento de solidariedade, bem como tentara organizar uma greve, partiu para o Rio de Janeiro, em seu êxodo em busca de uma vida melhor. De Sergipe e da Bahia, ele levou lembranças sobre uma sociedade, que continha resquícios de tradição feudal e machista, perpetuada na linhagem de oligarcas e coronéis, que oprimiam homens, mulheres, crianças e idosos nas frentes de trabalho na fábrica e na lavoura onde perdiam a saúde, a juventude e a esperança por dias melhores, enquanto que os patrões ostentavam a riqueza ganhada com suor alheio.

Depois de ter ouvido um discurso sobre o analfabetismo no cacau, no qual trabalhou duro por dois anos, o jovem alugado reuniu cartas escritas por pessoas do seu convívio baiano com a intenção de publicá-las um dia. Na condição de tipógrafo estabelecido na capital federal, após sua sofrida saga de trabalhador braçal - de Sergipe pela Bahia chegando no Rio de Janeiro -, ele começou a leitura delas:

Assim nasceu *Cacau*. Não é um livro bonito, de fraseado, sem repetição de palavras. É verdade que eu hoje sou operário tipógrafo, leio muito, aprendi alguma coisa. Mas, assim mesmo, o meu vocabulário continua reduzido e os meus camaradas de serviço também me chamam Sergipano, apesar de eu me chamar José Cordeiro.

Demais não tive preocupação literária ao compor essas páginas. Procurei contar a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau. Não sei se desvirtuei esse trabalho contando meu caso com a filha do patrão. Mas isso entrou no livro naturalmente, apesar de não ter sido convidado. Um dia talvez eu volte às fazendas de cacau. Hoje tenho alguma coisa a ensinar. (AMADO, 2000, p. 118 e 119).

O migrante José Cordeiro, branco, loiro, alfabetizado e filho de falecido proprietário de tecelagem, evoca suas recordações de uma importante etapa de sua vida, passada na fazenda na qual conheceu as entranhas da exploração humana vivida, principalmente por cearenses que viajavam para o sul da Bahia para tentar a sorte nos cacauais, na condição de alugados, empreiteiros e contratistas.

O narrador-protagonista justifica seu projeto literário:

Este livro está sem seguimento. Mas é que ele não tem propriamente enredo e essas lembranças da vida na roça eu as vou pondo no papel à proporção que me vêm a memória. Li uns romances antes de começar *Cacau* e bem vejo que este não se parece nada com eles. Vai assim mesmo. Quis contar apenas a vida da roça. Por vezes tive ímpetos de fazer panfleto e poema. Talvez nem romance tenha saído. (AMADO, 2000, p. 123).¹

Os anônimos trabalhadores do coronel Misael, conhecido como Mané Frajelo, que acompanhavam o crescimento e maturação das frutas que enriqueciam seu patrão, nunca degustavam o “doce”, em forma de bombom ou em pó, que era servido em refinados ambientes nacionais e internacionais: “A maioria dos alugados e empreiteiros só conhecia do chocolate aquele cheiro parecido que o cacau tem”. (AMADO, 2000, p. 59).

Na NOTA de *Cacau*, Amado se revelou: “Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia. Será um romance proletário?”. (AMADO, 2000, p. IX).

O estudo será baseado nas reflexões sobre a literatura proletária (Arnold-Dielewicz e Arnold) e a literatura engajada (Denis).

¹ Em *Cacau*, Jorge Amado utilizou a técnica da metanarrativa que é uma prática textual por meio da qual todo discurso se volta para si mesmo e questiona a forma da produção literária. O narrador-protagonista José Cordeiro explica a gênese da narrativa e sua dúvida sobre o resultado literário. Seria a obra panfleto, poesia ou romance?

De um lado, o narrador critica certo tipo de narrativa que mitificava a vida no campo. Uma das personagens de *Cacau* era Magnólia, de 20 anos, filha de D. Júlia que trabalhava com ela na juntagem de cacau. Trabalhadeira, simplória, a moça era: “bonita, sim. Não como essas roceiras, heroínas de romances de escritores que nunca visitaram uma roça. Mãos calosas e pés grandes. Ninguém que trabalhe numa fazenda de cacau tem os pés pequenos. Seios fartos que muitas vezes apareciam nos rasgos do vestido velho. Mas a gente não ligava. Noiva de Colodino, nós a respeitávamos. Um pouco envelhecida para os seus vinte anos. Mas Colodino a amava e cantava no violão improvisos dedicados à Magnólia. [...] Não pensem que Magnólia conversava bem. Isso é coisa que não existe na roça. Ela sabia palavrões e os soltava a cada momento. (AMADO, 2000, p. 42 e 43).

De outro, o autor critica também o desconhecimento de certos literatos que ignoravam a realidade rural: “A história de sinhá Margarida seria chamado pelos escritores de horrorosa tragédia, se escritores viessem à rua”. (AMADO, 2000, p. 65).

1 A literatura proletária e a literatura engajada

Ilisabe Arnold-Dielewicz e Ludwig Arnold organizaram *Arbeiterliteratur in der Bundesrepublik Deutschland* [*Literatura do trabalhador ou do operário na República Federal da Alemanha*], na qual é enfatizada a relação arte-sociedade-ideologia que estava presente na literatura alemã e na francesa, no final do século XIX, em obras que denunciavam a dura vida dos operários. Nos anos 1920 surgiram textos de autoria de trabalhadores ligados a certos grupos políticos (literatura do trabalhador ou do operário): alguns mostravam o cotidiano operário, enquanto que outros descreviam o mundo industrial como irracional, mas não falavam em mudanças. Nas obras identificadas, como literatura proletária-revolucionária, os autores, operários ou intelectuais, abordavam conflitos sociais e situações de lutas de classes. Eles representavam a ideologia de Marx e Engels, segundo a qual burgueses e proletários estavam no confronto entre capitalismo e socialismo. (ARNOLD-DIELEWICZ; ARNOLD, 1975, p. 6)

Em *Literatura e engajamento*, Benoite Denis diferencia os literatos de vanguarda e o escritor engajado: no primeiro caso, os autores com propostas de ruptura com as formas artísticas anteriores, não somente adotaram uma posição de vanguarda, como propunham uma nova homologia estrutural na literatura. Conforme Denis: “[...] o escritor engajado é aquele que assumiu, explicitamente, uma série de compromissos com relação à coletividade, que se ligou de alguma forma a ela por uma promessa e que joga nessa partida a sua credibilidade e sua reputação”. (DENIS, 2002, p. 31).

O autor distingue a literatura engajada e a militante, sendo que a “primeira vem à política porque é nesse terreno que a visão do homem e o mundo da qual ela é portadora se concretiza, enquanto a segunda já é desde início política”. (DENIS, 2002, p. 36).

2 Cacau: Exploração na fazenda Fraternidade

Em várias entrevistas concedidas a Alice Raillard, publicadas em *Conversando com Jorge Amado* (1990), o autor² afirmou que suas obras não tiveram a influência do

² Jorge Amado escreveu inúmeros romances: *O País do Carnaval* (1930), *Cacau* (1933), *Suor*, (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar morto* (1936), *Capitães da areia* (1937), *Terras do Sem-Fim* (1943), *São Jorge dos*

Modernismo e, sim, da Revolução de 1930, alegando que aquele movimento artístico-literário girava em torno dos grandes proprietários de café de São Paulo e do PRP, ou seja, era “um movimento de classe” que nada tinha trazido de original, pois importara simplesmente movimentos europeus (cubismo, dadaísmo, surrealismo, etc.). (RAILLARD, 1990, p. 57).

Para Amado, o “romance de 30”, surgido com a Revolução de 1930, caracterizou-se como uma literatura que tratava dos problemas sociais do povo brasileiro em uma escrita baseada na língua falada pelos setores mais populares e que, o romance *A Bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida, seria um dos marcos iniciais dessa nova fase da literatura brasileira. (RAILLARD, 1990, p. 60-66).

O primeiro livro de Jorge Amado, *O País do Carnaval*, escrito em 1930 e publicado no ano seguinte, narra a vida do fazendeiro Paulo Rigger, que busca um sentido para sua existência, em uma fase de polarização política nacional e internacional. Rigger comenta: “[...] eu sou comunista. O comunismo mandaria sorrir os brasileiros três vezes por dia [...]. O único remédio eficaz para o brasileiro é o chicote...”. (AMADO, 1961, p. 61 e 62).

No artigo *Jorge Amado e a literatura de combate*, Matheus de Mesquita e Pontes comenta que nos anos 1930: “o engajamento de Amado não era um fato

Ilhéus (1944), *Seara vermelha* (1946), *Os subterrâneos da liberdade* (1954), *Gabriela, cravo e canela* (1958), *A morte e a morte de Quincas Berro d'Água* (1961), *Os velhos marinheiros ou o capitão de longo curso* (1961), *Os pastores da noite* (1964), *O Compadre de Ogum* (1964), *Dona Flor e Seus Dois Maridos* (1966), *Tenda dos milagres* (1969), *Teresa Batista cansada de guerra* (1972), *Tieta do Agreste* (1977), *Farda, fardão, camisola de dormir* (1979), *Tocaia grande* (1984), *O sumiço da santa* (1988), e *A descoberta da América pelos turcos* (1994). Amado escreveu ainda biografias -*ABC de Castro Alves* (1941) e *O cavaleiro da esperança* (1942) -; contos - *Do recente milagre dos pássaros* (1979)-; uma fábula -*O milagre dos pássaros* (1997)-; crônicas -*Hora da Guerra*- (2008); teatro -*O amor do soldado* (1947); poesia -*A estrada do mar* (1938)-; um guia -*Bahia de Todos os Santos*, (1945); uma narrativa sobre viagens -*O mundo da paz, viagens* (1951); literatura infanto-juvenil -*O gato Malhado e a andorinha Sinhá* (1976) e *A bola e o goleiro* (1984) e memórias *O menino grapiúna* (1982) e *Navegação de cabotagem* (1992).

O pesquisador Jorge Araujo em *Floração de imaginários: o romance baiano no século 20* (2008) acentua as temáticas sociopolítica, econômica abordadas por Jorge Amado: “Narrador por impulso e empatia com as personagens que movimenta, pondo em cena impulso e empatia particularmente exercitados quando trata, especialmente, da Bahia mítica ou do Brasil da periferia e da servidão –urbana e rural - , atravessadas as personas pelo intenso e extensivo afeto do romancista, Jorge Amado representa uma espécie de síntese transfigurativa do Brasil do século XX. As urgências históricas emergem do texto múltiplo e heterogêneo, ampliando-se o cosmo dramático e humano, primeiro pela luta de classes no interior da sociedade afeita a profundas desigualdades e depois, a partir de *Gabriela, cravo e canela* (1958) pela remontagem dessa luta em função dos embates de afirmação das forças populares, da democracia étnica e do hibridismo cultural, com os consequentes padrões de desdobramentos da miscigenação étnica e social e da tolerância política, religiosa e ideológica – sem, no entanto, perder de vista a marca d’água da ideologização da espécie pensante em seu substrato estruturador de um mundo novo”. (ARAUJO, 2008, p. 74).

genuinamente brasileiro. Está ligado à efervescência do período entreguerras, à ascensão e polarização entre os movimentos comunista e fascista, que fascinava uma geração de escritores que queriam opinar sobre suas posições”. (PONTES, 2009, p. 153).

Em avaliação de sua militância partidária e do valor de seus dois romances engajados iniciais, Jorge Amado comenta: “*Cacau e Suor*, que se seguem muito perto - 1933 e 1934- significam meu encontro com a esquerda - é o momento em que me torno um militante de esquerda”. (RAILLARD, 1990, p. 56).

No livro *Sul da Bahia: Chão de cacau*, o escritor Adonias Filho aponta as principais causas da crise na cultura do cacau a partir da década de 1930:

a)-a revolução de 1930 que provoca a superação do coronel e a transferência das lideranças política e administrativa para os profissionais liberais; b) a crise econômica mundial de 1930 que fez ruir o café e arrastou o cacau; c) o cansaço e o esgotamento do solo, após mais de um século, de 1820 a 1930, começaram a se fazer sentir em determinadas áreas; d) a falta de assistência técnica geral e particularmente na linha de preservação da terra, adubação e fertilização; e) a ausência de assistência financeira, sobretudo crédito bancário, que permitisse aperfeiçoamento nos métodos de trabalho e na renovação da lavoura; f) o sistema bancário deficiente e ultrapassado pela expansão mesma da lavoura cacauaieira; g) a inflação e a flutuação de preços. (ADONIAS FILHO, 1978, p. 89 e 90).

Cacau (1933) foi o segundo romance de Jorge Amado, no qual o jovem autor de 21 anos, apresentou o processo de maturação social, psicológica e política de José Cordeiro - de trabalhador de uma tecelagem sergipana passando pela pesada atividade braçal nas roças de cacauais baianos até sua migração para a capital, Rio de Janeiro.

O romance está dividido em vinte capítulos: Fazenda Fraternidade, Infância, Viagem, Alugado, Segunda Classe, Herói da Tocaia e do Cangaço, Pirangi, Rua da Lama, Cacau, Jaca, O rei do Cacau e a Família, A Poetisa, Acarajé, Direito Penal, Consciência de Classe, Pasquinada, Correspondência, Greve, Paradeiro e Amor.

Protagonista-narrador, José Cordeiro, vulgo Sergipano, era branco, tinha cabelos louros cacheados e tinha tido acesso à escola. Tinha nascido em berço de ouro, pois seu pai era proprietário de uma fábrica de tecelagem, em São Cristóvão, antiga capital do

estado de Sergipe. Ao convidar seu irmão mais velho, que tinha falido na capital federal, para tomar parte na sociedade, o gentil patrão, que era preocupado com o bem-estar de seus funcionários, começou a perder a liderança da firma para o recém-chegado. O falecimento repentino do proprietário oficial, que deixou uma jovem viúva inconsolável e dois filhinhos pequenos - José, aos cinco anos de idade, e Elza, aos três- oportunizaram ao inescrupuloso irmão do falecido a se apropriar da tecelagem, deixando os outros familiares sem nada. Com as vendas de rendas confeccionadas pela sua mãe e a ajuda dos avôs paternos, a pequena família sobreviveu em um bairro popular. Na adolescência, José tornou-se operário na antiga fábrica paterna onde discordou dos vários tipos de abusos do seu tio, principalmente quando o mesmo, conhecido predador sexual, começou a bolinar sua amada Margarida. Revoltado, o rapaz foi tomar satisfação com o persistente explorador de mulheres, o agrediu fisicamente e foi demitido. Em busca de outro tipo de vida, José foi persuadido pela mãe e a irmã a não ir para a distante capital São Paulo; e ecos sobre os ganhos da produção cacaeira na Bahia, animaram o jovem a se aventurar nas fazendas no sul da Bahia. Ele não sabia, entretanto, que lá imperava um sistema de exploração de mão de obra de pessoas que viviam endividadas na contabilidade perversa da despensa da fazenda cujos preços das mercadorias eram uma incógnita para eles.

Na tentativa de melhorar a vida nas fazendas de cacau, o jovem migra para a região de Ilhéus onde começa a trabalhar na fazenda Fraternidade e presencia o horror: Expostos às intempéries da natureza nas roças, aos abusos do capataz, Algemiro, ao humor volátil do coronel e ao total sistema de dependência de mantimentos e outros produtos fornecidos pelo armazém local (despensa), em um círculo vicioso de dívidas permanentes, com salário que oscilava, conforme os ditames do preço do cacau no mercado internacional, os trabalhadores definhavam, sem nenhuma segurança de legislação trabalhista.

2.1 Pirangi (BA): Fazenda Fraternidade e o coronelismo

O coronel Manoel Misael de Souza Telles tinha um banco e um sobrado em Ilhéus, onde vivia com a esposa Arlinda e os filhos: Mária, poetisa com formação de

professora primária, e Osório, estudante de Direito, em Salvador. Era o “rei do cacau, senhor feudal daquela inacabável fazenda Fraternidade”:

O coronel tinha uma voz arrastada, demorada, cansada, de animal sagaz, e uns olhos maus, metidos no fundo da cara enrugada pela idade. Cultivava [...] uma barriga redonda, símbolo da sua fartura e da sua riqueza. Sabia-se que comia muito, comia estupidamente, e que há cinquenta anos atrás fora tropeiro e, depois, dono de uma vendinha. Talvez porque tivesse sido alugado nos odiava e desconfiava de nós. (AMADO, 2000, p. 79).

Com ascensão social e econômica meteórica, Misael tinha a patente militar, adquirida com dinheiro, como muitos fazendeiros daquela época. Tinha o apelido de Mané Frajelo: “Um flagelo, de fato, aquele homem gordo, de setenta anos, que falava com uma voz arrastada e vestia miseravelmente. [...] Possuía mais de oitenta mil contos e as suas fazendas estendiam-se por todo o município de Ilhéus”. (AMADO, 2000, p. 5).

Considerado o maior produtor de cacau do estado, com vida estabilizada em Ilhéus, em um sobrado com a agência de seu banco embaixo, passava com a esposa e amigos, algumas datas - Natal e São João- na sua fazenda que tinha uma casa-grande com “janelas azuis e varanda verde”, cercada por um jardim de rosas e jasmineiros. E a colônia dos trabalhadores era composta de cerca de trinta casas de barro cobertas por palhas, algumas ficavam na sede e outras léguas distantes. (AMADO, 2000, p. 2).

Apesar de ser riquíssimo, o fazendeiro escolhia seus empregados pessoalmente, tal qual José Cordeiro que foi admitido na condição de alugado. No imenso cacau, o novo empregado conheceu Honório, pistoleiro desde os doze anos de idade, que fazia certos serviços para o coronel; o velho Nilo, antigo lutador em Canudos; João Grilo, contador de anedotas; João Vermelho, o despenseiro; o tropeiro Antonio Barriguinha; o carpinteiro Colodino; Algemiro; Magnólia e sua mãe D. Júlia, que contribuía para o aumento da fortuna do fazendeiro, mas que viviam sempre endividadas.

2.2.1 De empreitada, contrato e aluguel

Figura 2: Corte do bago de cacau



Fonte: <https://www.ebay.com/itm/RPPC-Postcard-Harvesting-Processing-Cacao-Beans-Costa-Rica-Latin-America-/264407549104?_ul=BR>. Acesso em: 11. nov. 2019.

Os trabalhadores eram arregimentados por meio de acordos distintos - empreitada, contrato e aluguel- para atividades na cultura do cacau: na carpida, na derruba, na juntagem, no cocho, nas barcaças e no transporte com os burros.

Uma das formas de admissão ao trabalho era vinculada à contratação de pai de família: “A *empreitada*, espécie de contrato para a colheita de uma roça, faz-se em geral com os trabalhadores que, casados, possuem mulher e filhos. Eles se obrigam a colher toda uma roça e podem alugar trabalhadores para ajudá-los”. (AMADO, 2000, p. 58).

A outra forma era o contrato, conforme estipulado para Osvaldo, o companheiro de Sinhá Margarida, migrantes oriundos do Ceará:

O marido fora ser contratista do coronel Henrique Silva, em Palestina. Modalidade interessante de trabalhador, o contratista. A fazenda contrata com um chefe de família a derrubada de uma mata e o plantio, no terreno, de uma roça. O contratista fica dono do terreno durante os dois ou três anos do contrato. Planta mandioca e legumes, com que vive. E no fim do contrato o patrão paga a quinhentos ou oitocentos réis o cacauero. (AMADO, 2000, p. 65 e 66).

Findo o prazo do acordo, o contratado foi conversar com o patrão para receber seu ganho, no entanto o mesmo se recusou a pagar e, ao ludibriado buscou seus direitos,

em Ilhéus, em três ocasiões com pedidos de intervenção ao delegado que concluiu: “- Isso até parece briga de mulheres. Resolva isso como homem”. (AMADO, 2000, p. 66). Ignorado por um agente da lei, o homem decidiu fazer justiça com as próprias mãos:

Oswaldo voltou, e, à noite, matou o coronel a facção. O promotor fez uma literatura bonita citando a Bíblia e recitando versos. O advogado de defesa (não estava recebendo nada) nem se esforçou. O conselho de sentença, composto de fazendeiros, condenou o réu a dezoito anos, para dar exemplo. A mulher e os filhos vieram vê-lo na cadeia. Ele chorou pela primeira vez na vida. E amaldiçoou o cacau. (AMADO, 2000, p. 66).

Desesperada com cinco filhos, sinhá Margarida chegou à fazenda, onde lavava roupas, vendia caldo de cana e cachaça e as crianças trabalhavam na juntagem de cacau.

Admitido como alugado para trabalho na fazenda Fraternidade, José Cordeiro, no trem rumo a Pirangi, ficou sabendo da realidade na região, nos últimos 30 anos: Tabocas foi renomeada de Itabuna; surgiu a vila de Pirangi; os pistoleiros eram requisitados e o sistema de despensa (armazém) das fazendas deixava os trabalhadores sem saldo.

Um dos antigos empregados dos cacauais narrou que há cerca de dois anos atrás, o produto tinha chegado a quarenta mil-réis e cada um dele ganhou cinco mil-réis por dia, mas que não tinha sido possível juntar dinheiro: “-Quar nada... Subiu tudo: a carne-seca, a farinha, o feijão. Ninguém fazia saldo. Pra gente é a mesma coisa, cacau baixo ou cacau alto. Pros coronéis, sim. Eu até gozo quando o cacau baixa...”. (AMADO, 2000, p. 30). Um velho senhor questionou o migrante:

-Você veio do Ceará logo agora que foi uma dinheirama pra lá... Os jornais deram. Eu li. O governo garantia que não havia de morrer fragelado.

- Só Deus sabe. Eles come o dinheiro e nós morre de fome. A gente não viu dinheiro. Minha muié morreu pelo caminho e minha tia ficou na *rua dos Sete pecados mortais*. (AMADO, 2000, p. 30).

A questão da migração do Ceará para a Bahia por causa da seca é delineada na obra como fator desestabilizador de famílias que não escapam do círculo-vicioso da miséria, mesmo quando trabalham nas fazendas de cacau e não conseguem reunir

dinheiro, permanecendo famintos e pobres, alguns perecendo. Para algumas mulheres a prostituição urbana era a única forma de sobrevivência.

Figura 3- Trabalho nas barcaças de cacau (secagem)



Fonte: <http://www.uesc.br/icer/artigos/artigo_fazendas.pdf>. Acesso em: 11. nov. 2019.

José Cordeiro tinha sido admitido para o trabalho na roça na condição de trabalhador individual: “Outros trabalhadores, aqueles que são sozinhos, ficam no serviço avulso. Trabalham por dia e trabalham em tudo. Na derruba, na juntagem, no cocho e nas barcaças. Esses formavam a grande maioria. (AMADO, 2000, p. 58). Depois de ser contratado pessoalmente pelo banqueiro e fazendeiro Manoel para o trabalho na roça, o rapaz se alegrou, mas logo se assustou com um comentário:

O 98 virou-se para mim:

—Está você *alugado* do Coronel.

Estranhei o termo:

— A gente aluga máquina, burro, tudo, mas gente, não.

— Pois nessas terras do Sul, gente também se aluga.

O termo me humilhava. Alugado... Eu estava reduzido a muito menos que homem ... (AMADO, 2000, p. 23).

Na fazenda Fraternidade, José, conhecido como Sergipano, foi morar na pequena casinha de um único cômodo, que funcionava como quarto, sala e cozinha, juntamente com Honório, negro, pistoleiro do coronel; João Grilo, mulato magro, contador de anedotas e recitador de versos de cordel e Colodino, tocador de viola, carpina e

construtor de barcaças, noivo de Magnólia que trabalhava com a mãe na juntagem de cacau.

A labuta diária começava às cinco horas da manhã com um prato de feijão e um gole de pinga. Na época da colheita, da derruba, os homens cortavam os frutos com varas compridas que tinham pequenas foices nas pontas:

Eu, Honório, Nilo, Valentim e uns seis mais colhíamos. Magnólia, a velha Júlia, Simeão, Rita, João Grilo e outros juntavam e partiam os cocos. Ficavam aqueles montes de caroços brancos de onde o mel escorria. Nós da colheita nos afastávamos uns dos outros e mal traçávamos algumas palavras. Os da juntagem conversavam e riam. (AMADO, 2000, p. 59).

Outra etapa seguia a do “cacau mole” que preparava o material para a fermentação nos imensos recipientes. Tal massa malcheirosa era pisada pelos trabalhadores que deslizavam, perigosamente, sujeitos a quedas. Os bagos de cacau, libertos da seiva, eram levados para secar:

A tropa de cacau mole chegava e enchia os caçuás. O cacau era levado para o cocho para os três dias de fermento. Nós tínhamos que dançar sobre os caroços pegajosos e o mel aderira aos nossos pés. Mel que resistia aos banhos e ao sabão massa. Depois, livre do mel, o cacau secava ao sol, estendido nas barcaças. Ali também dançávamos sobre ele e cantávamos. Os nossos pés ficavam espalhados, os dedos abertos. (AMADO, 2000, p. 59).

A atividade de “pisar” no cacau era exaustiva, bem como a consequência: os dedos ficavam inchados e doloridos além de encardidos. E finalmente, se concluía o ciclo iniciado com carpina da roça, poda, colheita, juntagem, pisada para retirada do mel dos bagos e secagem: “No fim de oito dias os caroços de cacau estavam negros e cheiravam a chocolate. Antônio Barriguinha, então, conduzia sacos e mais sacos para Pirangi, tropas de quarenta a cinquenta burros”. (AMADO, 2000, p. 59).

O cansativo processo de transformação do cacau -de estado silvestre a seco- foi novamente evocado pelo narrador-protagonista José Cordeiro para exemplificar a sequência, em dias de chuva, realizada na estufa de calor pavoroso:

As barças compridas e largas davam a ideia de um grupo de feras com as bocas escancaradas, que dormissem ao sol. [...] O sol queimava os ombros nus. O cocho, ao fundo, retângulo sujo, por cujas frestas escorria um líquido viscoso, parecia uma ratoeira. E dominando tudo, a estufa, onde o cacau secava nos dias de chuva à força de fogo, com seu forno alto.

Quando chovia corríamos as coberturas de zinco sobre as barças. E em junho e julho quase todo o cacau ia para a estufa, pois os dias de sol rareavam.

A estufa nos engolia um a um e trabalhávamos debaixo de um calor infernal [...] Suávamos como condenados e quando saíamos dali, as calças porta de loja encharcadas, caíamos no ribeirão. (AMADO, 2000, p. 63).

O trabalho insalubre, que provocava um desgaste e desidratação, não os impedia de cair no rio e sofrer um choque térmico. Jovens, não percebiam o perigo, sequer que o falecimento de um camarada não tinha sido pela ingestão de uma fruta, mas sim por exaustão, ataque cardíaco ou outro mal súbito fatal: “Uma vez, porém, João Amaro, após o trabalho na estufa, chupou uma melancia. Nós fizemos sentinela ao cadáver toda a noite. E começamos a temer a estufa como um inimigo poderoso”. (AMADO, 2000, p. 63).

Expostos às intempéries da natureza, às condições extenuantes na colheita e na secagem ao ar livre e na estufa, os empregados tinham que arcar com danos ao cacau, como no caso de Zé Luis que trabalhava em roça distante:

Tomava conta das barças e cometera um crime imperdoável para os coronéis: deixara mofar trinta arrobas de cacau. O cacau good vendia-se dois mil-réis mais barato a arroba. Zé Luis bebia muito e sofria um impaludismo crônico. Mas nem a cachaça nem a maleita o impediam de trabalhar. Ambas faziam parte da vida. (AMADO, 2000, p. 64).

Demitido pelo capataz Algemiro, a mando do coronel, Zé Luis esclareceu que não teve culpa pelo mofo, pois chovera muito e o dono do cacau quisera o cacau às pressas. De fato, ele tinha que pagar o prejuízo de sessenta mil-réis com trabalho na roça. Indignado, buscou seu saldo na despensa; nada recebeu; fugiu à noite, mas foi alcançado por Algemiro e João vermelho que lhe surraram e tomaram o facão e a trouxa de roupas.

2.2.2 O sistema do armazém: ciclo de dívidas

Ao ser admitido na fazenda Fraternidade, cada empregado estava dependente dos mantimentos e outros artigos de primeira necessidade fornecidos pela despensa (armazém), cujo preço correto, que oscilava conforme as variações do mercado, eles não conheciam. Fato é que, a grande maioria sempre devia alguma coisa:

Nós ganhávamos três mil e quinhentos por dia e parecíamos satisfeitos. Ríamos e pilheriávamos. No entanto, nenhum de nós conseguia economizar um tostão que fosse. A despensa levava todo nosso saldo. A maioria dos trabalhadores devia ao coronel e estava amarrada à fazenda. Também quem entendia as contas de João Vermelho, o despenseiro? Éramos quase todos analfabetos. Devíamos... Honório devia mais de novecentos mil-réis e agora nem podia se tratar. Um impaludismo crônico quase o impedia de andar. (AMADO, 2000, p. 4 e 5).

Uma vez por semana, no “dia do saco”, no sábado, eles chegavam à sede da fazenda para receber a ração semanal das mãos de João Vermelho, o despenseiro, que regulava as quantias, conforme o estado do saldo devedor:

– Nilo – chamava João Vermelho.

– Um quilo de carne, dois de feijão, duzentos e cinquenta de açúcar, um litro de cachaça e meio litro de gás.

E assim desfilávamos, um a um, e ao terminar saíamos para a prosa. João Vermelho, atrás do balcão, pesava os gêneros pedidos. De vez em quando reclamava:

– Pra que dois quilos de carne-seca? Depois se queixa de não ter saldo. Come demais...

Avisava outro:

– Você tá devendo, compre pouco.

O camarada comia menos aquela semana. E João Vermelho assentava num enorme de contas as compras dos trabalhadores. Só ele e o patrão sabiam os preços. Éramos obrigados a comprar na despensa da fazenda, Não admira que nunca tivéssemos saldo. (AMADO, 2000, p. 67).

Muitos trabalhadores ficavam enfermos pela vida exaustiva nas roças de cacau, com alimentação precária e falta de condições para compra de medicamentos, como no caso de Honório que: “devia mais de novecentos mil-réis e agora nem podia se tratar. Um impaludismo crônico quase o impedia de andar. (AMADO, 2000, p. 5).

2.2.3 O trabalho infantil

Figura 4: Crianças exploradas no cacauaial



<<https://santosebancarios.com.br/artigo/o-lado-negro-do-chocolate-criancas-escravizadas-nas-plantacoes-de-cacau>>. Acesso em: 11. nov. 2019.

Nas fazendas baianas, as crianças trabalhavam junto com os pais ou responsáveis, sem que tal sistema de exploração fosse contestado. Tratava-se de uma prática com resquícios de escravidão que se perpetuava, sem levar em consideração a frágil constituição física e a fragilidade emocional de muitas delas. Fato é que, o pequeno ganho infantil completava o irrisório pagamento feito aos familiares.

Nos cacauais da fazenda havia muitas crianças com corpos e expressões desoladoras. Subnutridos, cobertos com trapos, pálidos como espectros e com o ventre inchado com verminose, a imagem infantil imersa na exploração suscitava revolta:

Os pés espalhados pareciam de adultos, a barriga enorme, imensa, da jaca e da terra que comiam. O rosto amarelo, de uma palidez tenebrosa, denunciava heranças de terríveis doenças. Pobres crianças amarelas. Que corriam entre o ouro dos cacauais, vestidas de farrapo, os olhos mortos, quase imbecis. A

maioria deles os cinco anos trabalhava na juntagem. Conservavam-se assim enfezados e pequenos até aos 10 e 12 anos. [...].

Escola, nome sem sentido para eles. De que serve a escola? Não adianta nada. Não ensina como se trabalha nas roças nem nas barcaças. Alguns, quando cresciam, aprendiam a ler. Somavam pelos dedos. (AMADO, 2000, p. 70 e 71).

Várias crianças anônimas labutavam nos cacauais, mas uma delas é nomeada: Zilda, de dez anos, órfã de mãe, que vivia sozinha com o pai idoso, na fazenda Fraternidade: ele derrubava os bagos de cacau e ela os juntava. Pequena, mas com as coxas grossas, acendeu o desejo do predador sexual Osório, estudante de Direito, filho do coronel Misael, que aparecia na propriedade paterna para as férias e festividades, a fim de se divertir com as subalternas. Certo dia, o canalha espreitou a vítima: “O velho Ascenço estava em Pirangi e Zilda arrumava a casa. Começou a chover e Osório pediu agasalho. Não respeitou os dez anos de Zilda. Tragédia de gente pobre: um pai que bota a filha para fora de casa e morre de desgosto”. (AMADO, 2000, p. 54). A criança sequer tinha corpo de moça, pois não tinha menstruado, mas mesmo assim o garanhão se aproveitou dela que, ferida e desonrada, não encontrou apoio emocional no pai. Acostumado com o poder incontestável da oligarquia rural, ele se resignou com a desgraça e expulsou a infeliz de casa, lançando-a indiretamente no mundo da prostituição da Rua da Lama, em Pirangi.

As crianças da fazenda eram consideradas mera força de trabalho mal pago pelo coronel que agia como se fosse proprietário de seus trabalhadores. Durante a festa de São João ocorreu um fato revelador da covardia e maldade do coronel:

Foi numa dessas carreiras que um garoto bateu num cacaeiro e derrubou um fruto verde. O coronel, que olhava da varanda, voou em cima do menino, que ante o tamanho de seu crime parara boquiaberto. Mané Frajelo suspendeu o criminoso pelas orelhas:

– Você pensa que isso aqui é de seu pai, seu corneta? Comem e só fazem destruir as plantações, gente desgraçada.

Uma tábua de caixote, abandonada perto, serviu de chicote. O garoto berrava. Depois, dois pontapés. (AMADO, 2000, p. 81).

Manoel Misael de Souza Telles, banqueiro, fazendeiro e coronel, não teve receio de mostrar sua faceta injusta, perante o padre e convidados ilustres, ao agredir uma criança que sem querer tinha derrubado um cacau: teve prazer ao castigar, machucar e aterrorizar sua vítima com um pedaço de pau, não se incomodando com a extensão de sua fúria mediante um gasto irrisório com a perda de um fruto verde. O narrador comentou sua indignação e a dos colegas: “Colodino fechava os olhos e cerrava os punhos. Mas ficávamos todos parados, sem um gesto. Era o coronel quem batia e demais o castigado derrubara um coco de cacau. De cacau... Maldito cacau...” (AMADO, 2000, p. 81)

A exploração da mão de obra infantil no serviço doméstico e nos cuidados com outras crianças, na função de pajem, fica também evidente, vinculada à vida da órfã Amélia, que apesar de ter 14 anos era franzina, mas assumia várias responsabilidades:

Ela ficou cria do coronel em Ilhéus. Servia de cavalo para os filhos do patrão, varria a casa e ia buscar água na fonte. Comia os restos e apanhava a todo momento. Um dia revoltou-se. Deu nos que cavalgavam. Mordeu-os. Xingou. Chorou muito. Apanhou tanto nesse dia que da rua ouviam os seus gritos. (AMADO, 2000, p. 75).

Degrada à cria, à posse da família de um coronel na residência urbana, solitária e indefesa, ela assumiu o trabalho duro da casa, inclusive transportando água, mas se alimentando somente de sobras e recebendo pancada rotineiramente. Vítima da crueldade humana, abusada fisicamente como cavalgadura, ela não conseguiu suportar mais seus carrascos e reagiu: tapas, mordidas e xingamentos, na compreensão de “olho por olho, dente por dente”, acreditando ter direito de revidar às infâmias físicas e psicológicas.

A reação da mãe dos algozes mirins ao seu desespero foi um espancamento de tamanha dimensão que provocou a reação de piedade de uma vizinha que tentou intervir. Indiferente à dor da menina órfã, subjugada e maltratada, a patroa explicou que a tinha em casa, por caridade, como se Amélia não executasse tantas tarefas domésticas e tivesse o direito de receber alimentação, pouso e pagamento pelos serviços prestados. Inclusive, a patroa se defendeu, afirmando que a surra era necessária como corretivo:

A vizinha acudiu, D. Clara explicou:

- A gente faz a caridade de amparar essas misérias e elas são malcriadas, não fazem nada bem-feito. Calcule que esse nem sei que diga mordeu o Jaime e bateu no Joãozinho. Depois soltou um bocado de nomes feios.

-Só surra grossa. Senão não endireita ... (AMADO, 2000, p. 75).

3 A luta de classes coletiva e a renúncia individual ao amor

Sergipano, depois de ter conhecido as várias e exaustivas etapas do trabalho com o cacau, não se revoltava e parecia estar alienado como seus companheiros de labuta:

Ninguém reclamava. Tudo estava certo. A gente vivia quase fora do mundo e a nossa miséria não interessava a ninguém. A gente ia vivendo por viver. Só muito longe surgia a idéia de que um dia aquilo podia mudar. Como, não sabíamos. Nós todos não poderíamos chegar a fazendeiros. [...]

E não sei por que a riqueza não nos tentava muito. Nós queríamos um pouco mais de conforto para a nossa bem grande miséria. Mais animais do que homens, tínhamos um vocabulário reduzidíssimo onde os palavrões imperavam. Eu, naquele tempo, como os outros trabalhadores, nada sabia das lutas de classe. Mas adivinhávamos qualquer coisa. (AMADO, 2000, p. 39 e 40).

Sua linhagem burguesa, de vida farta como filho de industrial, que não mais desfrutou após o falecimento paterno, não o afastou do convívio com pessoas cultas tampouco do acesso à escola. O contato, entretanto, que mantivera com crianças da vila operária, que sabiam de suas origens, o sensibilizaram para a causa dos desassistidos. Estranhamente, quando chegou à fazenda Fraternidade, adaptou o seu próprio vocabulário aos dos empregados, demonstrando um processo de igualdade social não condizente com a educação que recebera. E embora tenha migrado para melhorar de vida com o cacau, simplesmente não almejava mais isso, em caráter individual, mas sim pensava no coletivo, apesar de não conhecer a expressão “lutas de classes”, de origem marxista.

O único trabalhador, que encontrou agrado nos olhos do coronel foi o capataz, um analfabeto, que já trabalhava fazia catorze anos para o patrão, o qual lhe emprestou dinheiro, “sob hipoteca das safras” para aquisição de um pedaço de terra por trinta

contos: “A Algemiro desprezávamos. Sentíamos que ele não era dos nossos. Eu, descendente de família rica, estava mais perto dos trabalhadores do que ele que vinha de gerações e gerações de escravos”. (AMADO, 2000, p. 49).

Sergipano mantinha estreitos laços de amizade com Honório, o velho Nilo, João Grilo, contador de anedotas, Antonio Barriguinha, Colodino, sua noiva Magnólia e D. Júlia, mãe dela. A harmonia foi destruída com uma tragédia afetiva: A jovem foi flagrada na cama com Osório, filho do coronel e o noivo atacou o sedutor com um facão e lhe cortou uma das faces. Em fuga foi avisado por Honório, que tinha sido contratado para o matar em tocaia, que deveria esse embrenhar pelo caminho de Itabuna onde o pistoleiro deveria o eliminar, a pedido do coronel. Apesar de poder ter uma farta recompensa pelo assassinato por encomenda, Honório recuou:

– Eu gostava de Colodino... Mas eu não queimei o bruto porque ele era alugado como a gente. Matá coroné é bom, mas trabaiaidô não mato. Não sou traidô...

Só muito tempo depois soube que o gesto de Honório não se chamava generosidade. Tinha um nome mais bonito: consciência de classe. (AMADO, 2000, p. 116).

No cotidiano coletivo das roças de cacau, Sergipano experimentou o sentimento de solidariedade entre a gente pobre que se socorria nas adversidades, enquanto que o coronel e familiares se mantinham distantes dos problemas dos trabalhadores. Aos poucos começou a entender o sentido de termos como “consciência de classe”, “solidariedade”, “greve”, “mudanças” e “direitos”. Ainda menino ouvira, em São Cristóvão sobre a vida politizada de trabalhadores em São Paulo, mas somente a vivência em uma sociedade rural que oprimia os trabalhadores, ele amadureceu psicologicamente e seguiu os passos de Colodino, o noivo aviltado que migrou para o Rio de Janeiro e lhe escreveu uma carta:

Venha embora para cá, Sergipano. Aqui se aprende muito. Tem resposta para o que a gente perguntava aí. Eu não sei explicar direito. Você já ouviu falar de lutas de classe? Pois há de luta de classe. As classes são os coronéis e os trabalhadores. Venha que fica sabendo tudo. Um dia a gente pode voltar e ensinar para os outros. (AMADO, 2000, p. 121).

Jovem, louro e letrado, Sergipano foi escolhido por Mária, filha do coronel, para realizar tarefas e para acompanhá-la na fazenda e em Pirangi, durante as férias.

De carregador de água, a rachador de lenha, passando por colhedor de frutas até a acompanhante de passeios em burros na propriedade e na vila, o rapaz enfrentou a altiva moça com ácidas colocações a respeito da desigualdade social:

- Somos esquecidos do mundo. [...]
- É triste. Os que vivem aqui sofrem.
- Resolveu me dar lição sobre a vida de vocês?
- Não. A senhorita é patroa, tem a obrigação de saber.
- A vida de vocês não me interessa. Nunca tive vocação para freira...
- Nem nenhum de nós para escravo.
- Sou obrigada a lhe fazer voltar amanhã para o trabalho na roça. [...]
- Por que é que vocês odeiam tanto a gente? Nós somos culpados de vocês não serem ricos?
- Nós não queremos ser ricos.
- O que querem, então?
- Sei lá... (AMADO, 2000, p. 85 e 86).

Consciente de que poderia criticar a alienação de Mária e reverter o quadro pessoal com doutrinações de cunho socialista, Sergipano fala da situação de escravidão dos trabalhadores da fazenda, afirma que eles não almejam bens, mas é incapaz de expressar quais seriam os objetivos da classe explorada.

Informado sobre os planos de Mária, poetisa sem grandes qualidades, colaboradora do *Jornal de Ilhéus*, de enviar para o *Anuário Lútero-Comercial de Pirangi*, um texto edulcorado sobre a descrição da fazenda, o jovem a alerta e enfatiza a situação de exploração dos trabalhadores da fazenda:

- A senhorita vai escrever sobre a nossa vida e eu não quero que a senhorita seja desonesta. [...]
- Você não é igual a eles... Como veio parar aqui?
- Nós todos somos iguais. Somos todos explorados...
- Não seja tolo - enraivecia-se. - Vocês também odeiam a gente sem saber se há bons e maus. (AMADO, 2000, p. 93 e 94).

Sergipano conta sua trajetória familiar, declara ser igual a todos os companheiros de labuta e que não valeria a pena ser rico, acreditando que a situação de desigualdade social poderia mudar. Atônita. Mária o questiona:

-Você é socialista?

- Não conheço essa palavra.

Não conhecia, de fato. Mária não explicou. Talvez ela não soubesse o que significava perfeitamente.

-Você não pensa, como Algemiro, em enriquecer?

-Não.

-Por quê?

-Por que não sei explorar trabalhadores. (AMADO, 2000, p. 93 e 04)

Interessada em aprofundar o contato com o trabalhador atrevido, a moça inicia um processo de sedução, contando sobre o conteúdo de uma narrativa a respeito do amor entre uma condessa que visita seu castelo no campo e se apaixona por um roceiro. O improvável relacionamento termina em casamento, algo que Sergipano desdenha, pois segundo sua opinião, o homem traiu os outros membros da classe dos trabalhadores.

Mária escreveu um texto que foi publicado no anuário de Piranji e que abordava uma faceta lírica e irreal das relações entre patrão e empregados:

[...] e são felizes no seu trabalho honesto. Divertem-se, tocam viola, amam, estimam os patrões, que são os seus pais e mestres. Adoram os patrões, que em paga tratam bem aos seus trabalhadores, tratamento de pai para filho. Talvez por isso nada valem as pregações dos doutrinadores de ideias exóticas, que aparecem pelas fazendas... (AMADO, 2000, p. 97).

Para José Cordeiro, ela avisou: “- Este último parágrafo é dedicado a você”. (AMADO, 2000, p. 97). Perplexo, ele não entendia o súbito interesse da jovem por ele a quem acusava de ser um doutrinador de ideias sobre igualdade social. Semelhante crítica, ele tinha ouvido do padre, durante a cerimônia de Natal, na qual batizava crianças e realizava matrimônios, que proferia no sermão: “que a gente devia obedecer

aos patrões e aos padres. Que não se devia dar ouvidos a teorias igualitárias (a gente ficava morto de vontade para saber destas teorias)”. (AMADO, 2000, p. 74).

Apaixonado pelos cabelos loiros de Mária e pela sua elegância, Sergipano “alimentava esperança que ela viesse ser esposa de um trabalhador. Mesmo porque eu me lembrava de Colodino e não queria enriquecer. Ela se quisesse que viesse ser mulher de alugado...”. (AMADO, 2000, p. 124).

Apesar de estar noiva, Mária tentou seduzir José, falando de casamento:

-E agora? Ela perguntava de novo.

-Eu sou alugado. Ganho 3\$000 por dia.

-Deixe disso.

Mostrou-se mulher forte.

-Faremos o irremediável. Papai subirá às nuvens mas não tem jeito. Se conformará... Lhe dará uma roça, você será patrão. [...]

-Não, Mária. Continuo trabalhador. Se você quiser ser mulher de alugado...

Fez um muxoxo e levantou-se. Eu fiquei sentado. (AMADO, 2000, p. 128).

Nesse mesmo dia, por coincidência, o rapaz recebeu uma carta de Colodino que falava de luta de classes e o convidava para ir ao Rio de Janeiro. Disposto a iniciar uma nova existência, ele acertou suas contas na despensa da fazenda e se despediu dos camaradas: “Olhei sem saudades para a casa-grande. O amor pela minha classe, pelos trabalhadores e operários, amor humano e grande, mataria o amor mesquinho pela filha do patrão. Eu pensava assim e com razão. [...] Eu partia para a luta de coração limpo e feliz”. (AMADO, 2000, p. 130).

Considerações finais

Em suas reminiscências sobre os dois anos passados na Fazenda Fraternidade do Coronel Manoel Misael de Souza Teles, na condição de alugado, José Cordeiro, narrador-protagonista de *Cacau* (1933), destaca as péssimas condições de trabalho para homens, mulheres, crianças e velhos, que não eram amparados por uma legislação trabalhista e, por isso, estavam expostos a variados tipos de exploração: más condições de emprego, baixos salários, diárias com jornadas excessivas e exaustivas, e

principalmente, abusos sexuais sofridos por empregadas em uma tecelagem sergipana e numa fazenda baiana.

No cacau, Sergipano pode sentir os resistentes tentáculos do patriarcalismo, que se caracteriza pela autoridade do homem sobre a mulher e os filhos no seio familiar, no seu local de trabalho ou na sua propriedade. Osório, estudante de Direito, filho do coronel, internalizou a compreensão machista de poder que o levava a violentar sexualmente de crianças e moças, sem temer represálias. Sua mãe, a arrogante Dona Arlinda, apesar de não ser subjugada pelo marido, que mantinha amantes apesar de sua idade avançada, tiranizava as funcionárias da casa e da plantação, e sua filha, a sedutora Mária, acreditou poder controlar as atitudes e sentimentos de José Cordeiro.

D. Arlinda, que se exibia com vestidos de seda e jóias caras na fazenda, orgulhosa da riqueza do marido, não tinha nenhuma sensibilidade em relação ao duro cotidiano dos empregados e familiares do cacau. Durante as festas de São João, ela é cumprimentada por subalternas com os filhos e interroga sobre o marido de uma delas:

- Doente, patroa. Depois que uma cobra mordeu ele, nunca mais teve saúde. Eu até desconfio que isso é feitiço. Mas ele não tem saldo para ir à Bahia ver o Santo Jubiabá.
- Feitiço o quê... Isso é preguiça... Se vocês trabalhassem, acabavam enriquecendo.
- A gente não faz questão de enriquecer, não, inhá. A gente quer apenas saúde e feijão pra comê. E se trabalha muito sim. (AMADO, 2000, p. 80).

Incapaz de reconhecer as péssimas condições de vida e de trabalho dos empregados, e no caso específico da questão de indisposição total de um deles por causa de picada de cobra e falta de recurso para tratamento que deveria ser garantido pelo coronel, a madame simplesmente banaliza o fato. Acusa o pessoal de ser preguiçoso e, por isso, não acumular dinheiro, enquanto faz de conta que as condições de saúde e de alimentação dos subordinados seriam ideais. Indiferente às duras acusações da empregada, ela simplesmente afirma que o trabalho não seria tão pesado, mirando suas mãos pequenas e suas unhas vermelhas: “A mulher olhava as mãos grandes e calosas, de unhas negras e bem sujas, e sorria o sorriso mais triste deste mundo. Não chorava,

porque ela, como nós, não sabia chorar. Está aprendendo a odiar”. (AMADO, 2000, p. 81)

Mária, filha única mimada, e também indiferente aos problemas dos trabalhadores, queria fazer para publicação uma descrição da fazenda: “das festas, da beleza das roças, da vida boa”, sendo contestada por José Cordeiro. Como vivia em um mundo ideal, ela acreditava que as condições eram boas com “casa, comida, roupa e saldo” (AMADO, 2000, p. 92 e 93), sem entender que a própria denominação da fazenda Fraternidade não honrava o nome de caráter amigável e solidário.

Por meio da trajetória de Sergipano, que era filho de um fabricante de tecidos cujo falecimento precoce deixou esposa e familiares na pobreza, pois o tio-sócio excluiu os herdeiros da firma, Jorge Amado mostrou a engrenagem do capitalismo no Brasil agrícola, nos anos 1920 e 1930, que lançava no mercado internacional, produtos agrícolas como o algodão *in natura* ou manufaturado e o cacau em pasta ou pó.

No artigo *Cacau, de Jorge Amado: Poética, ideologia e mito na região*, André Tessaro Pelinser enfatiza o sucesso de público de *Cacau* que se justifica:

[...] sobretudo ao se considerar a pouquíssima idade com que então contava o romancista. As imagens construídas, se por vezes pecam no panfletarismo ideológico que em certa medida mina a pluralidade semântica cara à arte, em outros casos alcançam um bom grau de elaboração e logram deslocar os dramas humanos fundados num problema regional para ligá-los a um imaginário maior e transformá-los em experiências estéticas marcantes [...]. (PONTES, 2012, p. 36)

Conforme a conceituação de Benoite Denis, o romance *Cacau* pode ser classificado como literatura engajada, na qual Jorge Amado aborda a violação dos direitos humanos, da dignidade e da liberdade de proletários urbanos e rurais, denunciando o sistema de exploração nos aspectos social, físico, psicológico e sexual de mulheres, homens, crianças e idosos, imersos na perversa engrenagem do capitalismo internacional que regulava o preço do algodão e do cacau.

Jorge Amado denuncia as relações trabalhistas de raiz escravocrata, em Sergipe e na Bahia, em *Cacau*. Ao expor seu objetivo artístico e social, que evidenciava uma postura política, o escritor chocou a sociedade da época e sua obra foi logo apreendida

pela polícia, mas depois liberada para deleite de leitores nacionais e depois internacionais.

REFERÊNCIAS

- ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia: Chão de cacau**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 1978.
- AMADO, Jorge. **Cacau**. Ilustrações de Santa Rosa. 52. tiragem. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- AMADO, Jorge. **O País do Carnaval**. São Paulo: Martins, 1961.
- ARAUJO, Jorge de S. **Floração de imaginários: o romance baiano no século 20**. Itabuna; Ilhéus (BA): Via Litterarum, 2008.
- ARNOLD-DIELEWICZ, Ilisabe; ARNOLD, Ludwig (Org.). **Arbeiterliteratur in der Bundesrepublik Deutschland**. Stuttgart: Ernst Klett, 1975.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: Economia, sociedade e cultura. Trad. de Klaus B. Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- DENIS, Benoite. **Literatura e engajamento**. Bauru; SP: EDUSC, 2002.
- PELINSER, André T. Cacau, de Jorge Amado: Poética, ideologia e mito na região. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo: Dossiê Imagem e memória**, p. 20-37, jan. 2012. Disponível em: Acesso em: 11/11/2019.
- PONTES, Matheus de Mesquita e. Jorge Amado e a literatura de combate: Da literatura engajada à literatura militante do partido. **REVELL - Revista de Educação: Linguagem e Literatura**, Universidade Estadual de Goiás, *campus* de Inhumas, v. 1, n. 2, p. 147-161, out. 2009.
- RAILLARD, Alice. **Conversando com Jorge Amado**. Rio de Janeiro: Record, 1990.